

## 2.7. CAPACITAÇÃO DO SETOR PRIVADO ENVOLVIDO COM O SETOR TURÍSTICO

### 2.7.1. Caracterização Geral e Perfil do Setor Privado

Para análise do ambiente empresarial do setor de turismo, considerados os municípios da Área de Planejamento, é importante destacar 2 grupos de empreendimentos, ainda que inter-relacionados: o 1º, formado por empreendimentos voltados especificamente para o turismo, com dependência quase total do fluxo turístico e sujeito, portanto, à sazonalidade da atividade turística e aos picos do “veraneio” e fins de semana prolongados; localizam-se, principalmente, nos sítios praianos. O 2º grupo é composto por empreendimentos localizados na área urbana dos municípios abrangidos, principalmente no centro das cidades, e que têm por clientela a população local residente e forasteiros em viagens de negócios, e atendem à dinâmica da economia local no ramo de comércio, indústria e serviços. Os municípios de Colatina e Linhares concentram, em grande parte, empreendimentos deste segundo tipo, bem como São Mateus, na sede do município. Já Conceição da Barra, onde a ênfase é o turismo de sol e mar (incluindo a vila de Itaúnas), bem como no Balneário de Guriri – São Mateus, e outros da área, destacam-se os empreendimentos do primeiro grupo, mais permeáveis à sazonalidade.

Assim, os empresários do setor de turismo sujeitos à sazonalidade convivem diretamente com a incerteza e a descontinuidade. São estes que mais se referem à falta de projetos de desenvolvimento do turismo sustentável, à incerteza do dia de amanhã e os que mais cobram a presença e a atuação efetiva do poder público na região. Contudo, acreditam no potencial da região e no turismo como negócio. A consciência é crescente e dizem que a economia do Estado está se abrindo agora.

Neste ambiente, o perfil dos empresários ligados ao setor de turismo na Área de Planejamento, é bastante diversificado – a depender das especificidades de seu negócio. Aqueles caracterizados no primeiro grupo anteriormente referido, ou seja, que não sujeitos à sazonalidade, em geral se tornaram profissionais estabelecidos, proprietários de empresas familiares que reúnem diversos membros da família nos esforços de produção. Aprenderam na prática e, muitas vezes começaram como empregados no comércio local. Exemplo destes são os proprietários de hotéis e restaurantes nos centros urbanos, que têm como clientela principal os negociantes, nos diversos ramos. Apesar de se mostrarem “descrentes, sem ver perspectivas”, reinvestem os lucros de seus negócios e, por vezes, investem em outros estabelecimentos do mesmo ramo.

Já os empresários que atuam em mercados sujeitos à sazonalidade do turismo, restritos ao veraneio (hotéis, pousadas, bares e restaurantes, pequenos estabelecimentos de varejo), via de regra possuem outras atividades paralelas que permitam renda contínua e alguns não residem no local de seu negócio. Abrem os estabelecimentos apenas em época de temporada e, por vezes, em fins de semana, prolongados ou não.

### 2.7.2. Relacionamento com o Poder Público

De modo geral, os empresários não estão satisfeitos com a atuação do poder público, seja de nível estadual, seja das Prefeituras Municipais. Ressentem-se da falta de investimento em infra-estrutura e citam, por vezes, a realização de investimentos descoordenados e de pouco resultado – acessos, calçamento, abastecimento d’água, rede de esgoto, urbanização, etc. O empresariado diz não perceber ações efetivas do poder público, a partir de um projeto político para o turismo. Falta informação e divulgação da região; turismo não é tido como prioridade, faltam incentivos. “O empresariado está descrente”.

Com frequência os empresários citam a falta de parceria com o poder público, declarando-a praticamente nula, e dizem-se desmotivados para estabelecer tais parcerias, dada a incompetência das administrações municipais e estadual. Mostram-se resistentes ao diálogo, dizendo que “já pagam impostos demais”. Neste ambiente de pouco diálogo, “é preciso pensar duas ou mais vezes” antes de investir, é o eles dizem.

Sobre a atuação e o relacionamento entre o poder público e os empresários do turismo, são citados ainda, por estes, os seguintes pontos:

- Distanciamento do poder público. Mentalidade fechada. Prefeitura não é pro-ativa, não faz parcerias com setor privado. Governo do Estado – ausente; empresariado se sente sozinho;
- Falta fortalecimento do poder público para desempenho de seu papel regulador e de fiscalização. Falta fiscalização. Poder público tem que ter pulso;
- Necessidade de mudança de postura dos políticos, para serem gestores públicos;
- Necessidade de maior abertura para negociação por parte da Secretaria de Turismo do Estado;
- Necessidade de maior divulgação do potencial turístico da região, de maior investimento continuado no setor de turismo pelo poder público, não só para temporadas de verão;
- Há problemas e indefinições na legislação de ocupação do solo e meio ambiente; legislação, quando existe, é ortodoxa e coercitiva; falta educação sanitária e ambiental, falta planejamento;

Há empresários investindo de forma significativa, mas é voz corrente que “o lugar não vai para frente”. Outros reconhecem o potencial local para o negócio, mas “estão esperando”. Outros, ainda, têm visão de futuro, acreditam no sucesso, são idealistas.

Em geral, pode-se dizer que o perfil do empresário do turismo da Área de Planejamento tem evoluído ao longo do tempo, ainda que exista ainda um longo caminho a percorrer em busca de seu desenvolvimento enquanto profissional empreendedor. Os empresários começam a ver o turismo como negócio, como investimento que não polui, se bem conduzido – ainda que muito se tenha a evoluir quanto à consciência da importância da preservação ambiental. Ainda que grande parte do setor perceba a necessidade de “desenvolver negócios continuados, o ano todo” poucos atuam concretamente no sentido de superar a idéia da temporada, do veraneio, do investimento pontual e passageiro.

Os empresários referem-se ao PRODETUR/NE II para o Norte do Espírito Santo como a grande oportunidade para o desenvolvimento sustentável do turismo na região. Entretanto, nota-se que o nível de informação corrente sobre o Programa e o real envolvimento da classe empresarial local ainda não são suficientes. É necessário evoluir nesse sentido e, principalmente, conquistar a confiança do setor empresarial para o estabelecimento de um efetivo ambiente de parceria entre o poder público e a iniciativa privada.

### 2.7.3. Capacitação da Mão-de-obra

A questão do turismo sazonal interfere diretamente sobre a postura do empresário diante mão-de-obra que emprega. Reconhece a necessidade de prestar serviços de qualidade, mas percebe que a alta rotatividade da mão-de-obra é fator impeditivo para tanto. A cada veraneio se contrata novos empregados, a grande maioria sem experiência, proveniente de outros setores da economia local, sem preparo profissional. Os empresários, a cada ano, treinam a sua equipe em serviço, no início da temporada; não

se sentem incentivados em promover ou patrocinar ações de capacitação profissional de maior porte.

Alguns empresários também têm dificuldades em administrar seu negócio, devido a falta de cultura e capacitação, pois ou eles foram empregados de hotéis e aprenderam na prática o ofício, ou vieram do comércio ou constituem empresas familiares sem tradição no setor.

#### 2.7.4. Associativismo

Também neste campo, os ambientes são heterogêneos, se considerados os diversos municípios da Área de Planejamento. Há municípios, como Colatina e São Mateus, onde o setor empresarial encontra-se organizado, sendo o associativismo um traço da cultura local, principalmente no que se refere aos setores moveleiro e de confecções – nas atividades correlatas ao turismo, tal organização é menos significativa.

Via de regra, na região como um todo, os próprios empresários referem-se à desunião reinante, à competição predatória, à fragilidade das entidades representativas. Um empresário cita que a comunidade empresarial local considera “o governo como pai e a Petrobrás como provedora”. Prevalece, entre os empresários do turismo o relacionamento informal. “Há falta de consciência coletiva; é preciso abrir os olhos dos empresários para que se tornem responsáveis e agentes de mudança”. Os artesãos são citados como classe em que o associativismo ainda é muito frágil. Existem Associações, o SEBRAE vem apoiando, mas o setor não se fortaleceu como devia com essas iniciativas. Citam que é preciso direcionar o artesanato para as vocações regionais, construir uma marca – “aqui se faz artesanato de todo tipo, mas falta arte e profissionalismo.”

Os empresários locais tecem críticas aos inúmeros Conselhos existentes nos municípios. “Há Conselho para tudo, estaduais, municipais, do Pólo para o PRODETUR, mas não há interesse – nem do poder público nem das comunidades locais, de torná-los produtivos.”

Artesãos locais não se associam como deviam, há falta de profissionalismo e, como uma das conseqüências, as compras isoladas causam aumento dos custos das matérias-primas, refletindo nos preços dos produtos finais. O SEBRAE vem apoiando e incentivando algumas ações na região, mas ainda não são significativos os resultados.

#### 2.7.5. Mercado Fornecedor

Faltam fornecedores locais, a CEASA só funciona em Vitória. Não existe centro de abastecimento na Região Norte do Estado.

Os fornecedores buscam os produtos fora, enquanto muitas vezes poder-se-ia produzir nos próprios locais.

Quanto aos fornecedores externos, não há problema. Não dependem de Vitória.

#### 2.7.6. Principais Pontos Críticos Enfrentados

Como pontos críticos / barreiras mais relevantes enfrentadas para o desenvolvimento de suas atividades, os empresários ligados ao turismo no Norte do Espírito Santo referem-se a:

- carga tributária elevada, inadequação ou desatualização das leis trabalhistas, causando entraves e dificuldades para seu cumprimento;
- sazonalidade do mercado causando instabilidades no mundo dos negócios;
- dificuldade de cumprimento da legislação trabalhista. Contratar empregado pelo período de 2 meses na alta temporada acarreta impostos e encargos trabalhistas que inviabilizam o negócio. Funcionário não cria compromisso pela sazonalidade.
- falta de competência do poder público local;

- falta de saneamento básico - qualidade da água, esgotamento sanitário;
- Inadequações e indefinições relativas á legislação de ocupação do solo e meio ambiente; legislação ortodoxa e coercitiva.

### 2.7.7. Conclusão

O alcance de resultados efetivos mediante os investimentos no âmbito do PRODETUR na Região Norte do Espírito Santo, de forma a assegurar o desenvolvimento do turismo sustentável demanda também ações continuadas e de peso com relação ao ambiente empresarial. Por um lado, o caminho a seguir consiste na criação das condições necessárias para transformar o turismo sazonal, de veraneio, praticado na região, em fluxo continuado, ao longo dos meses, de forma a tornar viáveis os empreendimentos turísticos. Por outro, torna-se necessário investir na capacitação profissional e no desenvolvimento da mentalidade empreendedora do empresariado local, a partir de planos estratégicos e da visão do cenário de futuro para o turismo na região. A visão do turismo sustentável, envolvendo variáveis econômicas e ambientais precisa ser ainda assimilada, com consistência, pelo empresariado local, assim como a construção e a prática de estratégias e mecanismos de parceria no ambiente empresarial, e deste com o poder governamental.

A busca da efetivação de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada para concretização dos investimentos do PRODETUR no Norte do Espírito Santo deve se dar com a construção e implementação de um modelo de gestão e de um arranjo institucional para o gerenciamento e execução do Programa que, sob coordenação do poder público estadual e com o engajamento dos municípios abrangidos, adote, em sua essência, a participação da iniciativa privada. A prática de implementação das ações do PRODETUR – ES de forma integrada e em parceria será a oportunidade ideal para, no curso da ação, criar o ambiente para a prática de tais princípios, de forma a estendê-los para a dinâmica continuada das relações institucionais entre o governo.